

Credor quer garantia para renegociação

Arquivo

O mês de dezembro será decisivo para renegociação da dívida externa brasileira, no que se refere às amortizações dos próximos cinco anos, em montante superior a US\$50 bilhões. O plano do governo brasileiro exposto ao Comitê Assessor de bancos, na semana passada, em Nova Iorque, é de reescalamento desse pagamento ao longo de 14 anos (o País continua pagando só juros até 1989) e, em contrapartida, os bancos não seriam solicitados a fornecer dinheiro novo no próximo ano.

As impressões colhidas pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e pelo presidente do Banco Central, Affonso Pastore, junto ao comitê revelam que, em tese, os bancos concordariam com esse cronograma de pagamentos. Entretanto, os credores gostariam de: 1) saber com exatidão as intenções do próximo governo com relação à dívida externa, e 2) obter um sinal verde do FMI, pois esse organismo tem um programa de financiamento ampliado ao Brasil que vence em 1985, primeiro ano do próximo governo.

Delfim Netto

No final da próxima semana, ou depois do dia 25, o ministro do Planejamento Delfim Netto deve viajar para Nova Iorque — possivelmente levando em mãos o aval do candidato Tancredo Neves, da Frente Liberal — para realizar os acertos finais com os banqueiros, em companhia de Pastore.

Neste domingo desembarca no Rio de Janeiro o chefe da Divisão do Atlântico do FMI, Thomas Reichmann, para se incorporar ao grupo que se encontra no Brasil desde o início desta semana. Entre os principais, estão a sua chefe-adjunta Ana Maria Jul e os economistas Henry Ghiesquière e Robert Sheevy. Os três passam o final de semana no Rio de Janeiro, mantendo contatos com entidades governamentais lá sediadas, como a Fundação Getúlio Vargas, Cacex, Funcex.

A missão completa do FMI — que permanece no País até o dia 30 — continuará examinando as contas do governo relativas à base monetária (emissão primária de papel-moeda), dos meios de pagamentos (dinheiro em circulação) e crédito interno líquido (empréstimos do governo à economia em geral). Eles fixarão, inclusive metas para o fechamento de novembro e, com bases em estimativas, acertar os parâmetros para dezembro.

A partir desses exames meramente técnicos, a missão, em



Pastore propõe pagar US\$ 50 bilhões ao longo de 14 anos

conjunto com técnicos brasileiros, fixarão as metas para o primeiro trimestre de 1985, o último do atual governo. Os números e os contornos da política fiscal, monetária e cambial constarão da sétima carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional; que, se aprovada, habilitará o Brasil a receber a próxima tranche (parcela de empréstimo) daquele organismo.

Neste final do mês, a expectativa é de que as negociações, tanto a nível de FMI quanto a nível de bancos comerciais credores, estejam bastante avançadas. O chefe da missão, Thomas Reichmann, inclusive foi um dos interlocutores dos contatos realizados na semana passada por Galvêas e Pastore junto ao Comitê Assessor, cujo coordenador é William Rhodes, vice-presidente do Citibank, o maior credor do Brasil. Rhodes disse que Pastore relatou a ele que o Produto Interno Bruto (a soma de todos os produtos e serviços produzidos no País num determinado período) brasileiro crescerá 4 por cento em 1985 e que o déficit em conta corrente do País em 1984 será inferior a US\$ 1 bilhão.

Rhodes acredita que Pastore volte a Nova Iorque em princípio de dezembro para retomar as negociações.

Juros

O quadro para o Brasil, em 1985, será animador. É o que se pressupõe de recentes projeções do Departamento Econômico do Bank of America, o maior banco dos Estados Unidos. A estimativa revelada é de que os juros continuarão estáveis durante o próximo ano, enquanto a economia americana continuará crescendo, o que também é um alento para as exportações brasileiras com destino aquele País.

A prime rate (taxa básica de juros dos bancos norte-americanos para seus melhores clientes) caiu de 13 por cento, em junho, para 11,75 por cento em novembro, o que acaba beneficiando parte da dívida externa do Brasil, contraída em parte, tendo a prime como referência. O mais importante, conforme indicou o Bank of America, é que a queda observada recentemente não foi um truque da campanha eleitoral de Ronald Reagan.